

UM OLHAR DESCRITIVO-FENOMENOLÓGICO SOBRE O PRECONCEITO E O RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR

Herberth Gomes Ferreira

ichbinherberth@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9246869415381080>

Rodrigo Bravin

rodrigobravin@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2162080666902408>

Hiran Pinel

hiranpinel@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8940226139303378>

Jacyara Silva de Paiva

jacyarapaiva@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9259877374436417>

RESUMO

O objetivo deste artigo é produzir uma reflexão conceitual e problematizadora acerca da gênese e da questão do racismo e o preconceito pensando o cotidiano da educação. Tendo como referência o ambiente escolar e não escolar, o texto propõe uma discussão com base em reflexões já realizadas por alguns pensadores que estudaram a questão do racismo e preconceito. Trata-se de um texto descritivo e bibliográfico, tendo como modo de aproximação aos fenômenos que se apresentam a descrição fenomenológica. Como base de leitura para as reflexões, o texto traz no bojo do debate alguns autores como Paulo Freire, Jean-Paul Sartre, Frantz Fanon, entre outros pensadores que contribuíram e contribuem com o tema. Destacamos, assim, o papel da escola, envolvendo educadores, educandos e toda a comunidade escolar como potencial de fomentar novos horizontes possíveis de libertação e resistência contra todo o tipo de violência.

Palavras-chave: Preconceito; Racismo; Educação; Fenomenologia.

INTRODUÇÃO

Todos os problemas humanos devem ser considerados do ponto de vista do tempo. O ideal é que o presente sirva sempre para construir o futuro. E este futuro não é o do cosmos, mas o do meu século, do meu país, da minha existência. De forma alguma eu deveria propor-me a preparar o mundo que me seguirá. Eu pertença irredutivelmente ao meu tempo. E é por isso que eu devo viver. (FANON, Franz. Peau noire masques blancs. [Pele negra, máscaras brancas], 1952, p. 10). (Tradução nossa).

A epígrafe marca e posiciona a questão pretendida neste texto: levantar, de forma breve, a complexa discussão acerca dos conceitos e gênese do racismo e preconceito, tendo em vista o contexto da educação contemporânea brasileira. O tema pode tornar-se ainda mais espinhoso quando colocado no contexto da educação, nas pulsantes relações

do cotidiano escolar e não escolar. Ainda que a legislação brasileira disponha sobre a necessidade de aplicar um currículo que apresente as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRAVIN, et al, 2020), o que se mostra é uma triste realidade de desigualdade e violência envolvendo preconceito e racismo, seguido de morte. Segundo dados do IPEA (2010):

Considerando apenas o universo dos indivíduos que sofreram morte violenta no país entre 1996 e 2010, constatou-se que, para além das características socioeconômicas – como escolaridade, gênero, idade e estado civil –, a cor da pele da vítima, quando preta ou parda, faz aumentar a probabilidade do mesmo ter sofrido homicídio em cerca de oito pontos percentuais. (IPEA, 2010, p. 01).

Infelizmente os dados do Atlas de Violência, do próprio instituto IPEA, apontam que entre 2008 e 2018 esses números de casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram cerca de 11,5%. (CERQUEIRA et al., 2019), evidenciando que o racismo no Brasil tem forte base estrutural que precisa ser desmontado em sua gênese.

Embora muito pertinente, não daremos conta de aprofundar esses dados e analisá-los à luz de outra abordagem, sob pena de ultrapassarmos nosso espaço aqui disponível e a discussão que pretendemos fazer. O que trazemos é apenas para mostrar o quão ampla e complexa é a questão. Por ora, pensando essa esteira de complexidades, tendo em vista que a escola carrega no seu cotidiano o acirramento social contemporâneo e as mazelas oriundas das forças que polarizam o debate no trato com as questões interligadas com a violência, o preconceito e racismo, este trabalho, de corte bibliográfico, procurará desenvolver uma leitura crítica, descritiva e fenomenológica-existencial sobre essas questões, com foco no preconceito e racismo no cotidiano da escola, à luz das reflexões e contribuições do pensador francês, Jean-Paul Sartre e do pensador brasileiro Paulo Freire¹, entre outros que irão nos ajudar a pensar a questão de forma mais crítica e reflexiva. Importante destacar que a questão do preconceito e racismo já vem sendo debatida há alguns anos, tendo maior destaque com o despontamento de pensadores negros, brasileiros e internacionais, no cenário televisivo, nas mídias e no meio acadêmico como Silvio Almeida (2018), Djamila Ribeiro (2019), Grada Kilomba (2019), Achille Mbembe (2014, 2016), entre outros.

Dessa forma, acreditamos que a educação, no campo escolar e não escolar, pode colaborar com um processo humanizante das gentes; de convivências menos agressoras para seus consorciados (HABERMAS, 2007),² no qual todos são envolvidos (educadores,

1 Interessante notar como o pedagogo brasileiro desenvolve sua pedagogia militante em articulação com muitos outros pensadores como Hegel, Marx, Engels, Lukács, Goldman, Althusser, Marcuse, Fromm, Freyer, Fanon, Memmi, Niebur, Jaspers, Husserl, Régis Debré, Koscic, Mao Tse-Tung, Furter, Malraux, Guevara, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, entre outros tantos.

2 O termo consorciados é uma expressão muito utilizado por Habermas, em diferentes obras do autor, para tratar daqueles que participam da constituição, formação e manutenção de um mesmo Estado democrático. Esses, por sua vez, são protegidos por um Estado tal qual eles mesmos constituíram.

educandos, famílias, etc.). Pois, como nos alertou Paulo Freire (2014), o educador precisa ser simples, mas sem ser simplista, pois o simplismo é também uma prática autoritária; para poder compreender o outro, a outra, o sujeito em suas complexidades. Por isso é preciso, também, compreender a si mesmo: será que minhas práticas cotidianas alimentam o preconceito e racismo? Muitas das vezes, aprendemos com Sartre, somos apaixonados por nossas ideias e práticas que nem imaginamos o quanto elas podem ser prejudiciais: para mim e mais ainda para outros.

Questões econômicas e a herança da discriminação apresentam em seu seio a segregação como um problema que adentra inevitavelmente as escolas (NIEMEYER, 1998). A má ou intencionalmente injusta distribuição de renda, a necropolítica (MBEMBE, 2016) na qual o Estado e o cotidiano vivido só fortalecem o “clima” desfavorável às tentativas dignas de igualdade social, seja considerando gênero, o sexo, ou a livre expressão dos modos de ser nos diversos espaços como o hospital, e nele a classe hospitalar, as famílias, as igrejas, a mídia em geral que podem naturalizar os preconceitos, estigmas e discriminações, etc., somado ao contexto pandêmico causado pelo alastramento da COVID-19, tem agravado a crise social e relacional. Parece estranho dizer, ou nem tanto, que frente à sociedade marginalizada, que vemos sentir na carne, de uma expressão naturalizante, apreendemos que após debates e mais debates, a problemática ainda permanece e, ao que parece, há muito que se discutir, refletir e especialmente produzir no tocante às ações educacionais que objetivem minorar os preconceitos ou abrir mais espaços (e tempos) para que os sujeitos se expressem, revelem seus desejos e encontrem possibilidades de experimentarem um existir livre como seres que podem e devem expressar a fala como protesto. (KILOMBA, 2019). Podendo, assim, criar a essência existencializada, na qual consciência e mundo de imbricam. (FREIRE, 1987).

Encontramos nesses dois pensadores o bojo conceitual que dará sustento ao olhar descritivo-fenomenológico que pretendemos aqui desenvolver: Paulo Freire, por nos mostrar uma pedagogia atuante e libertadora; Jean-Paul Sartre, por apontar que é o sujeito responsável pela construção de seu caminho, mas o mundo tem sua responsabilidade ao não adotar medidas sociopolíticas que possam sanar as desigualdades entre sujeitos e fontes normativas que sustentam o racismo e preconceito. A abordagem freireana, que já começamos a esboçar, será um tipo de guia denunciador das práticas educacionais que desumanizam por não conseguirem acabar ou minimizar os impactos que o preconceito e o racismo têm causado em nossa sociedade. Tem se tentado aqui e ali, com algum sucesso, funcionando apenas como uma metafórica "gota d'água no oceano", mas não como um movimento nacional como projeto educacional público e privado. As reflexões sartreanas, vale reforçar, lançarão luz sobre as entranhas do conceito com fortes exemplos sobre a questão judaica onde, para nós, emerge como pano de fundo comparativo da questão do preconceito e racismo, pois, não há dúvida, o modo operacional é o mesmo, ou no mínimo, semelhante, mesmo quando transpomos a

problemática para o chão da escola. Em se tratando das consequências nefastas, toda e qualquer prática discriminatória, preconceituosa, sexista, misógina (ou mesmo misandria) e racista perturba o convívio social e causa desastrosas consequências. A escola, por sua vez, absorve seus frutos para o bem ou para o mal. O produto dessa descrição fenomenológica é que possamos aqui fazer um tipo de denúncia. Dessa denúncia, apontar possibilidades, para que a escola possa ser um local de prática do bem e de respeito entre pessoas. Como nos ensinou Paulo Freire (1987), o amor como uma causa libertadora, como ação “revolucionária”. Sendo, assim, um local de práticas pedagógicas e curriculares de fomento ao amor-ensino, pois educar é se comprometer.

Para fins práticos e de melhor leitura, optamos por dividir esse trabalho em três partes. A primeira parte contém basicamente breves discussões sobre a questão do preconceito e racismo e algumas questões conceituais. Tentamos aqui e ali apresentar pontos conceituais que podem passar despercebidos e causar confusão, ou prejudicar o nosso modo de ver o mundo ao inserir essa problemática como questão de vivência e pesquisa. Também, destacamos outros termos que se juntam à problemática da discriminação que perpassam o cotidiano da educação. A segunda parte é um tipo de ensaio sobre as reflexões de Sartre acerca da questão judaica. Isso porque, a nosso ver, faremos inserções das reflexões do pensador para refletir sobre a problemática no contexto do nosso cotidiano educacional, escolar e não escolar. Corroborando as questões que levantaremos nessa parte, traremos algumas reflexões de Paulo Freire, como indicativo esperançoso e de resistência para o contexto da educação; como indicativo pedagógico para uma educação conscientizadora e libertadora. Veremos como o pensamento de Freire e Sartre, no tocante à questão da liberdade, se fundem no campo que queremos aqui discutir, pois ambos caminham imersos na compreensão existencial do sujeito no mundo. (MOREIRA; ROSA, 2014). O existencialismo anda de mãos dadas com a fenomenologia, pois juntas ajudam a compreender as complexidades da vida não como produtos acabados e concludentes, mas como processos em constante porvir. Dessa forma, tomamos a fenomenologia como ciência descritiva daquilo que nos apresenta como fenômeno; como estudo de “*todos os problemas*” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3). Esse será nosso modo de aproximação cautelosa, como já sinalizamos em outro momento, junto ao tema que temos, para nós, como algo complexo e de um longo debate. (FERREIRA, et al., 2019).

Esperamos, dessa forma, poder colaborar para o debate que consideramos ser emergente e necessário na esfera pública e em especial no contexto da educação.

2. Desenvolvimento

Há muito temos lido aqui e ali que o racismo e o preconceito cabem na caixa do mau gosto e falta de razão. Ao que parece, estamos vivenciando o tempo da distribuição de opiniões, *fake news* e “achismos”. Nesse bojo estão as mazelas produzidas pelo

racismo e preconceito. Esse é um processo, para nós, que deve ser visto de perto. De um lado, a opinião brota no seio da subjetividade do sujeito. É a expressão do que individualmente pensa alguém sobre algum tópico qualquer. De outro lado, os laços que unificam e as diferentes opiniões apoiam-se num tipo de sociedade de grupo e cultura grupal no qual naturalizam práticas que proveem da classe social no qual pertencem, da relação dos opressores produzindo oprimidos. É como que se disséssemos que em cada opinião, individual, há, no seu processo de gestação discursiva, um pouco do que há naquela sociedade na qual brotou e foi lançada a opinião. Ao transcender essa “opinião” para além de suas fronteiras grupais, fere seu alvo pretendido, ainda que travestido de bondade.

Concordando com Paulo Freire (1987), há que se pensar que o tonitruante discurso racista e preconceituoso está embutido no fastio delirante de uma classe que “ama às avessas”. Diz, então, nosso pensador brasileiro que o sadismo que “aparece, assim, como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isto é que o seu amor é um amor às avessas – um amor à morte /e não à vida”. (FREIRE, 1987, p. 30). Claro, não se deve adotar a generalização dessa mera comparação ensaiada dentro de uma situação hipotética. O fato é que o preconceito parece que está “no ar” como algo sem solução, que perpassa as entranhas do sujeito, que de alguma forma lhe é próprio e que é vivido como algo que é da sociedade, mas que lhe constitui, também, na singularidade, na pluralidade de ser, comportamento da aparência afetiva. (HOLANDA, 1995).

Assim, “opiniões” racistas e preconceituosas perpassam o meio social de alguns “como se algo” fosse natural, normal, comum, de bom grado, “ritualismos de polidez”. Repetem seus “costumes”, frases feitas e “opiniões” como num círculo vicioso, contados por seus antepassados. É o que se diz sobre a manutenção do mito inventado pelos historiadores burocratas, que perpetuam até hoje no contexto contemporâneo (DETIENNE, 1992).

Ao voltarmos nossa descrição à luz de Paulo Freire (1987, p. 30), falando explicitamente sobre o “preconceito”, o pensador pontua que “para dominar, [os opressores] se esforçam por deter a ânsia de busca [do povo], a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida” (Grifos do autor). Dessa forma, caminhando para a morte do outro, fazendo do preconceito uma dessas vias. Por isso, que a educação e a ciência, as mais refinadas, estão nas mãos da burguesia, e não do povo, pois só assim eles poderiam mudar o estabelecido, poderiam rebelar, criar práticas *resistências*. No preconceito, os oprimidos se transformam, pelo outro rico e poderoso, em objetos, coisas, coisificados, dificultando a liberdade e a consciência disso, produzindo “projetos de ser” enfadonhos, desistentes, desesperançados. Como corrobora Sartre (1943, p. 410), ao sinalizar que:

Assim, não podemos remontar-nos mais além, e encontramos o irredutível evidente ao atingir o projeto de ser, pois, evidentemente, é impossível remontar-se mais além do ser, e não há diferença alguma entre projeto de ser, possível e valor, de um lado, e ser, de outro. O homem é fundamentalmente desejo de ser.

Tendo o povo submetido às ordens do preconceito, impede-lhes a resistência e luta, e ficam "condicionados pela 'cultura do silêncio" (FREIRE, 1987, p. 30) e nessa questão, percebe-se o preconceito do povo e dos opressores; mina o seu projeto de ser na vida com o outro.

Vale destacar que preconceito e racismo, entre outras formas de violência social e psicossocial, caminham entrelaçados no mundo e no ser nesse mesmo mundo, na alteridade. Revelam-se indissociados. Contudo, a na terminologia há diferenciações conceituais e em suas consequências. Segundo Cunha (2010), no "Dicionário etimológico da língua portuguesa", a palavra preconceito tem origem francesa – *préconçu* – e é baseada em um conceito ou opinião formado sem ponderação ou conhecimento de fatos. O racismo tem a ver com toda e qualquer discriminação que envolve raça: uma raça que nega outra, ou coloca-se como melhor que outra, por exemplo. Nas palavras de Lia Vainer Schucman (2021), é preciso diferenciar outro termo que se mistura ao conceito de racismo e preconceito, que é o conceito de discriminação. Para a pensadora, racismo, preconceito e discriminação andam juntos, infelizmente, ao despejar dores naqueles que são seus alvos. Mas é preciso entender esses conceitos de forma aprofundada para não categorizar grupos como sendo aqueles estão no mesmo campo. Ela dá um bom exemplo ao citar o preconceito racial e por vezes discriminação que alguns orientais e descendentes de orientais sofrem, colocados como sendo "a mesma coisa" por seu fenótipo. Schucman aponta que embora esses orientais sofram preconceito, eles não sofrem racismo, pois a eles não são negados acessos à escola, trabalho, não são vigiados em supermercados pela sua cor da pele etc.; diferentemente de um negro que sofre racismo ao ter que conviver com a segregação social, sendo impedindo, mesmo que de forma velada, seu acesso a determinados espaços.

Nesse viés, preconceito e racismo estão muitos próximos por tratarem de um conjunto de crenças e atitudes discriminatórias e estereotipadas, levando pessoas ou grupos a tomarem ações que subjagam outras pessoas ou grupos. Dessa forma, Pienta (2014, p. 70) corrobora com esse entendimento, ao nos alertar que:

É comum as pessoas confundirem preconceito e racismo achando que se trata da mesma coisa. No entanto, neste texto, entendemos racismo como uma estrutura de poder baseada na **ideologia da existência de raças superiores ou inferiores**. Pode evidenciar-se na forma legal e institucional ou por meio de mecanismos e de práticas sociais. (Grifos nosso).

Ao olharmos para esse cenário estrutural que se apresenta, não é difícil perceber que a escola pode atuar involuntariamente (ou não) como espaço reprodutor de práticas e atitudes preconceituosas e racistas. Quando esses temas não são profundamente

debatidos no seio da própria escola, ela pode servir de mecanismo reprodutor desse mal social. Não à toa, mesmo após mais de um século da abolição da escravatura o problema do racismo ainda prevalece como questão para o campo da educação; ainda que tentassem retratar um Brasil como paraíso racial desde meados de 1930 (SILVA, 2016). Todavia, não parece ser possível culpar a escola de todas as mazelas e ações malogradas da sociedade. Isso porque, em se tratando do racismo no Brasil, esse problema acompanha a história desde a escravidão. As práticas pedagógicas ou adaptações curriculares não irão dar conta de sanar uma taxa de 75,3% de negros adultos que ainda não completaram o ensino fundamental (PIENTA, 2014, p. 87). A problemática é uma questão política. Uma questão que instiga a querer compreender quem está contra quem e quem está a favor de quem. (FREIRE, 2014).

Vejamos a problemática dessa questão a partir de outro viés, também danoso para a sociedade, que é a questão antissemita, discutida por Sartre em suas “Reflexões sobre a questão judaica” (1968). Faremos uma leitura sempre apontada para o horizonte escolar e as possibilidades de debater a questão do preconceito e racismo, com o objetivo de superação de suas trágicas consequências. A pedagogia militante e libertadora de Paulo Freire, como estamos a defender, nos ajudará a pensar uma educação conscientizadora e libertadora, engajada e crítica; ao mesmo tempo, acolhedora e amorosa.

REFLEXÕES SOBRE RACISMO E PRECONCEITO: APROXIMAÇÃO DA QUESTÃO COMO UMA PATOLOGIA SOCIAL QUE SE ESTENDE PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Para o pensamento existencial do filósofo francês Jean-Paul Sartre, o antissemitismo é apontado como uma questão que vai além da mera opinião, pois se transverte de um discurso democrático para que seja emitido (e praticado) todo o tipo de preconceito (SARTRE, 1968). Para ele, é preciso mostrar o caminho que o leve o sujeito para a conscientização de si e do mundo. Corroborando com Paulo Freire, é preciso invocar o potencial discursivo que possa levar o sujeito para a liberdade; a libertação de sua condição oprimida. Talvez as análises de Sartre, convergentes ao pensamento de Freire, possam nos ajudar a entender a gênese da questão do racismo e preconceito que toca o chão da nossa realidade brasileira e escolar.

Para Sartre (1968), uma pessoa comum pode ser um bom trabalhador, um bom pai (ou mãe), ser bom frequentador de uma determinada religião e ao mesmo tempo ser preconceituoso ou racista. Da mesma forma é possível trazer essa afirmação para a questão do preconceito em geral. Há diferentes manifestações preconceituosas contra negros, contra índios, contra mulheres, contra as minorias em geral, sempre partindo de pessoas relativamente “normais” (bons trabalhadores, bons pais de família, que pagam suas contas em dia), mas que são, ao mesmo tempo, preconceituosas, racistas,

ufanistas, que se munem contraditoriamente da própria democracia para, com base em suas opiniões, exprimirem seus rancores.

Seguindo o pensamento Sartreano, a opinião racista e preconceituosa apoia-se em pressupostos estatísticos estabelecidos pela própria pessoa, com base em sua visão de mundo, levantadas por simples observações de dados externos. Por isso, alerta Sartre, o discurso que se tenta manter de que a opinião está sustentada em fatores pessoais, síntese da percepção subjetiva do preconceituoso é uma afirmação falsa e perigosa. Pois, alerta o pensador, qualquer tipo de opinião que visa por princípio o extermínio seletivo de determinados grupos ou pessoas, não entra na categoria dos pensamentos protegidos pelo “*direito da livre opinião*” (SARTE, 1968, p. 6). Dessa forma, um sujeito “cortês”, que no arauto de sua razão malograda, ao discursar preconceituosamente contra um negro, contra um índio, contra um gay, estará pensando que sua “opinião” tem bases fundamentadas. Contudo, sua “opinião” não passa de um profundo conflito cognitivo e contraditório olhar sobre o real e sobre si mesmo. Ora, alerta Sartre, como pode alguém odiar um tomate? Ou repudiar uma mulher por sua origem religiosa? Sem saber de onde vem o tomate, dificilmente alguém deixará de saboreá-lo. Sem saber a origem religiosa de uma mulher, de um gay, de um índio, dificilmente alguém deixaria de amá-lo, de amá-la, de manter o puro diálogo. Esse asco sem fundamento, alerta Sartre (1968, p. 7), se instala no espírito do sujeito, toma sua alma e permanece em estado tão profundo que se “estende ao fisiológico”.

Sartre tenta buscar as fontes objetivas do racismo (no caso do ensaio, o racismo contra os judeus). Eis que nosso autor diz se surpreender com as “experiências” enumeradas como chamar um judeu de interesseiro, outro de indisciplinado, etc. O pior! Sartre mostra diferentes “opiniões fundamentadas” apoiadas em discursos como: “*Ora, um judeu me tirou a vaga de um emprego no teatro*”. Só que, alerta Sartre (1968, p. 8), esse reclamante tinha seu talento duvidoso, bem abaixo do talento do judeu. Outro, disse que “*um judeu tirou-lhe a vaga de uma peça teatral*”. Mas esse reclamante disse, em seguida, que a peça selecionada era de difícil interpretação, de um “*título confuso*”. Ora, o problema, então, não está no outro (no judeu, no negro, na mulher, no gay ou no estrangeiro), mas no sujeito preconceituoso, discriminador e racista.

A simples opinião racista e preconceituosa precisa ser superada, entrando nas entranhas subjetivas, malformadas e malconduzidas, que se retroalimenta do próprio discurso ao teimar em emitir simples opiniões sem, antes, buscar compreender seu fundamento. Como em Paulo Freire (1987), que nos ajuda a entender que esse é um grave problema que impede a libertação dos sujeitos. Por isso, na linha das análises sartreanas, o filósofo nos mostra que é preciso pensar em como manter a constante pedagogia da “ação e reflexão” (SARTRE, 1968, p. 08). A dialética dessa práxis requer uma ação libertadora, pois visa contribuir com a libertação das amarras do preconceito. Essa libertação exige, pois, a libertação consciente do sujeito; que esse possa saber e conhecer os mecanismos que compõem as ações preconceituosas e racistas, libertando a

consciência dos grilhões que o prendem aqui e alhures. Esses problemas são difíceis de serem trabalhadas no conjunto da complexidade humana, pois, como descreve Pine et al. (2015), o ser está *imbricado no mundo* e está sujeito ao mundo que ao mesmo tempo o envolve e o constitui. No campo da esfera política e religiosa, a superação dos anseios ou visões de mundo torna-se complexa e complicada, pois passam a fazer parte do íntimo do sujeito e impedem a superação de seus medos e questões significativas por vezes perdidas (FERRERA; PINEL, 2019). Entendemos, assim, que não é fácil superar dogmas estabelecidos dentro da própria consciência de uma sociedade e do educando, mas é possível. Paulo Freire nos inspira em palavras de confiança ao dizer que: “*mudar é difícil, mas é possível*”. (FREIRE, 2014, p. 181).

O movimento para uma libertação da consciência exige libertar-se por meio de uma educação libertadora; uma educação que problematize o mundo, real e concreto, pois os sujeitos da educação (educandos, professores, técnicos da educação, etc.) participam de um mundo compartilhado, relacional, construído por eles mesmos (ainda que sob dominação de uma classe social econômica). Porque, então, situar a questão da relação sujeito e mundo no contexto do preconceito e racismo na educação? Ora, é Paulo Freire mesmo quem responde:

Esse ponto de partida encontra-se nos próprios homens. Mas já que os homens não existem fora do mundo, fora da realidade, o movimento deve começar com a relação homem-mundo. Consequentemente, o ponto de partida deve estar sempre nos homens, no seu *aqui* e no seu *agora*, que constituem a situação em que se encontram, ora imersos, ora emersos, ora inseridos. (FREIRE, 1980, p. 82). (Grifos do autor).

Retomando as reflexões de Sartre, o mesmo alerta para o problema da vida apaixonada, apegada ao mito e conceitos mal compreendidos. A paixão aqui, no contexto do racismo, é a vida apaixonada por seus ideais, nem sempre acompanhados da razão. Aqui, Sartre (1968) já define o problema da paixão sem razão:

Não raro, opta-se por uma vida apaixonada em vez de uma vida racional. Mas é porque comumente amamos os *objetos* da paixão: as mulheres, a glória, o poder, o dinheiro. Como o anti-semita elegeu o ódio, somos obrigados a concluir que o que ele ama é o estado apaixonado. (p.11). (Grifos do autor).

É preciso, então, superar uma paixão sem razão. Aqui cabe um importante papel da escola para a superação desse problema: seu papel da educação e ensino. Cabe às escolas fomentar um currículo que possa levar seus alunos, professores e equipe pedagógica à reflexão diária dos problemas que perpassam o seio escolar. E aqui inclui a questão do preconceito e racismo. Sem a devida motivação para pensar que há um problema que afeta o cotidiano das crianças, jovens e adultos. Não será possível romper com o falso discurso, o qual insiste que discriminar alguém é mera opinião, quando, na verdade, não é – é a falsa ideia de que uma classe ou um grupo tem o direito de ter poder sobre outro.

A superação do preconceito e racismo não passa apenas pelo trabalho isolado, junto a um só indivíduo. É preciso, também, atuar nas massas. Sartre salienta que o antissemita não é preconceituoso e racista sozinho: ele encontra eco na multidão, junto aos seus, àqueles que compartilham de sua “opinião”. Muitas das vezes, as práticas discriminatórias se disfarçam de medíocres, singelas “opiniões” ou atos dissimulados. Por isso, quem sofre a ação preconceituosa e racista nem sempre percebe de imediato. Ou, por vezes não consegue nem formular uma denúncia. De outro lado, essa prática discriminatória se alimenta de um falso poder, um falso valor primaz e por isso “escolhe o irremediável por medo da liberdade, a mediocridade por medo da solidão e, por orgulho, faz dessa mediocridade irremediável uma aristocracia estratificada.” (SARTRE, 1968, p. 16).

Parece-nos urgente a produção psicossocial de um debate sobre essas questões e problemas no seio escolar contra as práticas discriminatórias no Brasil de hoje, e não apenas isso, mas o planejamento, execução e avaliação de um projeto local e idealmente nacional de Educação Contra os Preconceitos. Assim, objetivando a formação da consciência crítica dos estudantes e dos professores, frente a uma existência, que ao ser jogada no mundo, sem sua anuência, trata logo de responsabilizar-se por isso, fazendo escolhas de sentido coletivo, com a proposta educacional freireana frente à aprendizagem e o desenvolvimento de "ser mais".

Nesse contexto de sentido, criar alternativas de superação do discurso de que uma "classe" (burguesa) ou "raça" (branca, europeia) pode por "direito" (naturalizado) se sobrepor à outra. A escola pode ter grande potencial para o fomento desse debate a fim de proporcionar uma prática educativa libertadora e, como dissemos, problematizar o vivido, criando práticas contra o que foi estabelecido como verdade irrefutável, pela via da conscientização crítica, e ela é "anárquica" (FREIRE, 1987, p. 15).

PROPOSTAS PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO E PRECONCEITO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA, *DECOLONIZAÇÃO* E SUPERAÇÃO DA CONSCIÊNCIA OPRIMIDA

Vimos até aqui que é preciso compreender bem o sentido e campo no qual acontecem o racismo e o preconceito. Essas ações podem ocorrer em situações conjuntas, fomentando a discriminação velada ou não. Mas, como já sinalizamos, nem sempre quem sofre o preconceito sofre o direito de acessar certos espaços, nem sempre sofre por não poder entrar em uma loja sem ser vigiado, por ter na pele a marca de uma cor dita como suspeita; marca de uma pele sofrida e pobre, que o coloca abruptamente no campo dos excluídos do sistema. São conceitos diferentes, mas que devem ser veementemente combatidos, pois ambos excluem, marcam a pele e a alma, fazem doer uma subjetividade. Temos aqui o campo da escola, da educação como possibilidade de

fazer resistir; de fazer resistência contra todos os atos excludentes, preconceituosos e racistas.

Pensar a superação do preconceito e racismo, no chão da escola, é aqui apontado como algo que acreditamos nos direciona para o interior de camadas profundas da sociedade. Silvio Almeida (2018, p. 60) descreve o racismo como que um processo estrutural natural que deve ser combatido. O combate deve ser na gênese da questão, como problema fundante que permanece na consciência cotidiana do sujeito. (MBEMBE, 2014). Assim, entende-se esse processo de espoliação no negro como algo que perpassou todo o período exploratório brasileiro, que surgiu desde o século quinhentista.

No fio dessa questão, há, também, a necessidade de *decolonialização* da consciência (QUIJANO, 2007), trazendo o sujeito para o reconhecimento de que há um saber autóctone, ou mesmo de que é preciso reconhecer o abandono da máscara social que lhe figura um tipo de outro ser, que tenta, a todo custo, passar pelo aceitável e não subjugado (FANON, 1952). Dessa forma, espera-se poder romper o trato psicológico de um tipo de dissolução da consciência oprimida, ainda que por via de uma reestruturação estética social, como meio de forjar um tipo de resistência por meio do corpo. (JUNIOR, 2005). Como algo da carne que quer se colocar como sujeito de igualdade, dignidade e direito à educação. Superar a consciência oprimida é superar a ambivalência social da indiferença e sujeito-contrasujeito; é romper o grilhão que amarra a consciência de que negro e branco são campos opostos da humanidade.

Nesse viés, é preciso acreditar que é possível reconstruir a humanidade partindo da destruição do racismo estrutural que está entranhado no processo de movimentação da engrenagem excludente, preconceituosa e racista, que se sustenta no poder, no conflito e na política de interesses da hierarquia classista. (ALMEIDA, 2018). Dessa forma, é preciso ir na direção de reconstruir o princípio humano que entrelaça a carne, que faz sujeito ser parte de um todo no mundo das relações. Esse caminho pode ser trilhado no campo da educação. A escola pode atuar fazendo esse papel de fomentadora de debates profícuos e convergentes, contra o preconceito e racismo institucionalizado, por meio de uma linguagem ampla e acessível (RIBEIRO, 2019). A escola pode atuar, também, para chegar aos mais afastados do sistema, aos favelados e ignorados, tendo a linguagem como instrumento de poder libertador, para um tipo de educação transgressora e rompedora da consciência oprimida. (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, tendo como horizonte a proposta de se superar o fio que conduz o preconceito, a escola deve abrir-se ao debate, como forma de dialogar com toda a classe escolar (e sociedade) caminhos possíveis de construção coletiva de projetos dialógicos. (MUNANGA, 1999). Talvez, assim, possamos pensar como possível uma caracterização do que é realmente ser negro no Brasil, sem ter que repassar por debates já revistos, mas que no bojo do processo histórico brasileiro, não efetivou a superação do racismo e preconceito. (SANTOS, 2000). Assim, cabe pensar: e por que não se superar esse

preconceito, que não envolve apenas o agente ativo do preconceito, mas, também, o agente passivo? Talvez Freire (1987) nos forneça uma indicação explicativa:

Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-á dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarnar, com mais dureza ainda, a dureza do patrão. Tal afirmação não nega a nossa – a de que, nestas circunstâncias, os oprimidos têm no opressor o seu testemunho de “homem”. (FREIRE, 1987, p. 18). (Grifos do autor).

As afirmações apontadas de Sarte e Paulo Freire comungam com o que afirmou o pensador Franz Fanon (1925-1961) sobre a questão do preconceito. Em uma de suas obras mais destacadas, “Pele negra, máscaras brancas” (1952), o psiquiatra e filósofo martinicano defende que há em cada um dos oprimidos um pouco do espírito opressor. Este, injeta seu ódio desejante de um certo *establishment*: ora diluído em pequenos atos de opressão, ora em subjugo em grande escala. Aquele, desejante sair de sua condição de oprimido, mas carregado de um desejo espelhado de assumir o posto de seu opressor (FANON, 1952). Essa afirmação soa como dura, mas não é nova e já deveria ser compreendida há muito tempo. Como exemplo, o filósofo francês, Étienne de La Boétie, já anunciava essa questão lá em meados do século XVI ao escrever sua obra mais destacada “Discurso sobre a servidão voluntária” (1549). É essa condição subjugada, submissa e voluntária, conscientemente ou não, que deve ser enfrentada. Acreditamos ser a educação, no chão do cotidiano escolar e não escolar, uma ferramenta de transformação e ressignificação de sujeitos; sujeitos que podem ser, na resistência e na luta, livres para se sentirem gente com outras gentes, sem ter que se submeter ao controle do poder do capital dominante. (SANTOS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos trazer aqui algumas reflexões, como um exercício ensaístico, sobre problemas tão abrangentes e complexos que emergem no nosso cotidiano, pensando a educação em geral e a educação escolar e não escolar. Acreditamos que a discussão aqui promovida, como descrição ao modo fenomenológico, pode colaborar para pensar outros espaços e situações, nas quais ocorrem processos de preconceito e racismo. Adotamos o campo da educação, pensando o chão da escola como ponto de partida para produção de inflexões e revoluções cotidianas. Nesse sentido, a escola pode atuar como refletora da máquina trágica do preconceito e racismo, fomentando as dores da discriminação racial, social, econômica, etc. De outro modo, a educação, mesmo quando acontece no espaço escolar ou não escolar, ou mesmo hospitalar, pensando a classe hospitalar ou Atendimento Pedagógico Domiciliar, pode fomentar debates, diálogos e

processos libertadores, amorosos e de resistência como combate às estruturas de dominação, de prisão do corpo e da consciência.

A permanência das estruturas de discriminação, violência, preconceito e racismo pode perturbar a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico, pois geram tristezas, medos, fobias e morte. Alguns e poucos conseguem resistir aos danos, mas não é o comum, pois a violência serve justamente para diminuir no outro seu amor-próprio. Com tal vivência de preconceito e racismo, o corpo é massacrado, vilipendiado, passando a se expressar como "estou sem jeito", "sou impedido de produzir resistência contra", "estou acuado", "fui ferido", "estou perdido e sem possibilidade de encontrar-me", "eu fico tropeçando muito e caindo", "tenho um corpo nojento que toca em tudo e derruba" etc. O corpo dá sinais de que já não aguenta mais.

Situações de preconceitos produzem essa dor exasperada, uma vontade de vingança individual. Nessa experiência negativa não se consegue espaço (e tempo) para emergir a consciência mínima de que esse evento é também (mas não só) de uma sociedade capitalista, marcada pela competição desenfreada, pelo consumismo voraz, onde se passa por cima do outro, provocando nesse outro, sua humilhação, *instaurando-lhe* o não-ser; um objeto coisificado.

A questão do preconceito e racismo prevalece ainda no século XXI como um ranço daquilo que não se humanizou no processo civilizatório, e poderíamos descrever como um profundo mal-estar na/ da/ com a civilização. Romper com a força ideológica que sustenta o discurso e práticas discriminatórias é urgente, pois potente e prenhe de possibilidades. Entendemos que a escola é um espaço ideal para fomentar debates, práticas e currículos de enfrentamentos à segregação social. Depois da família é a escola que carrega em seu bojo as complexidades da força da sociedade.

Os problemas levantados aqui não se esgotam facilmente. Desejamos poder aprofundar mais, compreender mais, estudar mais essas questões tão complexas que tocam o nosso cotidiano; questões que se não forem bem debatidas, destroem nossa convivência mútua. Por enquanto, esperamos poder colaborar com este breve olhar fenomenológico e sinalizar possíveis reflexões para problemática aqui apresentada, no campo do cotidiano da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRAVIN, Rodrigo; SIQUEIRA, Yamília de Paula; PINHEIRO, Larissa F. M. A.; PINEL, Hiran. A representação do negro em um livro didático de sociologia: análise após a implementação da Lei nº 10.639/2003. **Revista Cadernos Aplicação**. v. 33, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/104745/60945>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. revisada pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da mitologia**. Tradução de André Telles e Gilza M. S. Gama. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, D.F.; UnB, 1992.

FANON, Franz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

FERREIRA, Herberth Gomes.; PINEL, Hiran. Religião, política e perda de significado. In: PINEL, Pinel, LELLIS, Nelson (Orgs.): **Religião, educação e política: ensaios sobre os (des) comportamentos da sociedade brasileira**. São Paulo: Recriar, 2019. p. 25-29.

FERREIRA, Herberth Gomes; PINEL, Hiran; PEREIRA, Priscilla Alves. Descrição de um filme, educação especial e um olhar da fenomenologia: Hellen Keller e o milagre de Anne Sullivan. In: ARAÚJO, Michell P. Mendes; FERNANDES, Hedlamar; PINEL, Hiran. **Educação Inclusiva: Perspectivas e Práticas Pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João, 2019, pp. 79-99. [E-book]. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com/2019/12/18/educacao-inclusiva-perspectivas-e-praticas-pedagogicas/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3ªed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Organização, apresentação e notas de Ana Maria Araújo Freire. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Carlos A. Peixoto. Sobre o corpo social como espaço de resistência e reinvenção subjetiva. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. nº 21-22, jul.-dez. Rio de Janeiro, pp 57-72, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Antioquia, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. Tradução de Renata Santini. **Revista Arte & Ensaios**. n. 32, jul-dez, pp 122-151, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Janine; ROSA, Marisa de S. Thiago Rosa. Jean-Paul Sartre e Paulo Freire: aproximações entre a liberdade existencialista e a educação libertadora. **Revista Contrapontos**. v. 14. n. 3., set-dez, pp 407-424, 2014.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 1999.

NIEMEYER, Ana Maria de. Estudando o silenciamento do racismo e do preconceito numa escola pública da periferia paulistana. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS. GT Educação e Sociedade, 22, 1998, Minas Gerais. **Anais eletrônicos**, Caxambu – MG, 1998. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt02-16/5038-anamniemeyer-estudando/file>>. Acesso em: 06 Mar. 2021.

PESQUISA apresenta dados sobre violência contra negros. **Ipea**, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20607#:~:text=Considerando%20apenas%20o%20universo%20dos,probabilidade%20do%20mesmo%20ter%20sofrido>. Acesso em: 05 Mai. 2021.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela. (Org.). **Temas contemporâneos da educação**. Curitiba: Editora Fael, 2014.

PINEL, Hiran; DRAGO, Rogério; SOBROZA, Marcio Colodete. Cinema & Pedagogia Hospitalar: o filme “Doutores da Alegria” na produção discursiva acerca da compreensão e da formação do pedagogo-clown. PINEL, Hiran et al. (Org.). **Pedagogia Hospitalar: um enfoque fenomenológico existencial**. São Paulo: Clube de Autores, 2015.

QUIJANO, Anibal. Coloniality and modernity rationality. **Journal Cultural Studies**. Iowa. Vol. 21, n. 2-3, March-May, pp. 168-178, 2007. DOI: [10.1080/09502380601164353](https://doi.org/10.1080/09502380601164353)

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. – (CES), Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje: Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de mai. de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acesso em: 15 de Mar. 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **Ser e nada: ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Tradução e notas de Paulo Perdigo. Petrópolis: Vozes, 19

SARTRE, Jean-Paul. Reflexões sobre a questão judaica. In: **Reflexões sobre o racismo**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Fui acusada de manipular o conceito de racismo por denunciar sua relação com estruturas de poder. **Portal Geledes**. Santa Catarina 31 de Mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/fui-acusada-de-manipular-o-conceito-de-racismo-por-denunciar-sua-relacao-com-estruturas-de-poder/>>. Acesso em: 05 Abr. 2021.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 65, p. 177-199, dez. 2016.

SOBRE O AUTOR/ A AUTORA:

Herberth Gomes Ferreira

Filósofo, Pedagogo, Mestre em Ciências da Religião e doutorando em Educação – UFES. Membro do Grupo de Pesquisa em Fenomenologia, Educação Especial e Inclusão – GRUFEI.

Rodrigo Bravin

Doutor em Educação pelo PPGE-UFES, Cientista Social e Pedagogo. Professor da Rede Estadual de Educação e membro do Grupo de Pesquisa em Fenomenologia, Educação Especial e Inclusão (GRUFEI).

Hiran Pinel

Professor doutor titular da Universidade Federal do Espírito Santo no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES) e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Fenomenologia, Educação (Especial) e Inclusão (GRUFEI).

Jacyara Silva de Paiva

Mulher negra, militante do Movimento Negro Unificado, dos Movimentos Sociais em Defesa da Criança e Adolescente. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. Professora adjunta do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional – PPGPSI, da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.